

Seminário Internacional

“TEMPO DE AGIR POR MUDANÇAS RADICAIS:

Agricultura Familiar Camponesa e Agroecologia como Alternativa à Crise do Sistema Agroalimentar Industrial”

Rio de Janeiro, junho de 2012

RELATÓRIO DA ATIVIDADE

Introdução

O Seminário Internacional sobre Agroecologia “TEMPO DE AGIR POR MUDANÇAS RADICAIS: Agricultura Familiar Camponesa e Agroecologia como Alternativa à Crise do Sistema Agroalimentar Industrial” foi realizado por ocasião da Cúpula dos Povos na Rio+20: por justiça social e ambiental. A Cúpula aconteceu nos dias 15 a 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada de 20 a 22 de junho.

O Seminário foi uma realização das seguintes organizações e redes:

- Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)
- Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)
- AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia
- Associação Brasileira de Agroecologia (ABA)
- Campanha Nacional contra os Agrotóxicos e pela Vida
- Confederação Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Contag)
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)
- FASE Solidariedade e Educação
- Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf)
- Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas

- Rede Cerrado
- Terra de Direitos
- Via Campesina

Com as seguintes parcerias:

- Action Group on Erosion, Technology and Concentration
- AgriCultures Network
- Amigos da Terra Internacional
- Associação Brasileira de Saúde Coletiva
- Biofuelwatch
- Biovision
- Coalizão More and Better
- European Network of Scientists for social and Environmental Responsibility
- Intercontinental Network of Organic Farmers Organisations
- International Federation of Organic Agriculture Movements
- Navdanya - Research Foundation for Science Technology & Ecology
- Sociedade Latinoamericana de Agroecologia
- Southeast Asia Regional Initiatives for Community Empowerment
- Third World Network

E teve como apoiadores:

- ActionAid Brasil
- Oxfam
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
- Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

A ANA participou do Grupo de Articulação da Sociedade Civil responsável pela organização da Cúpula dos Povos, e foi uma das redes que coordenou a Plenária sobre Soberania Alimentar, nos dias 17 e 18 de junho.

O Seminário concentrou esforços nos dias 15 e 16 de junho, e elaborou propostas de políticas públicas de promoção da Agroecologia, apresentadas às plenárias sobre soberania alimentar e às assembleias da Cúpula dos Povos.

Os participantes do seminário estiveram presentes a diversos momentos da programação da Cúpula dos Povos nos dias 15 a 22 de junho.

Relato dos debates do seminário

Os debates do seminário foram organizados nos seguintes eixos, que orientaram a composição das mesas redondas e plenárias: Crise alimentar mundial e desafios à soberania alimentar; Agricultura e crises ambientais; Apoio à transição agroecológica: políticas públicas nacionais e internacionais; A falsa solução dos transgênicos e os movimentos de resistência; Impactos dos agrotóxicos na saúde e ambiente.

A primeira mesa, sobre a Crise alimentar mundial e desafios à soberania alimentar, contou com a participação de Aksel Naerstad, da Coalizão More and Better; Maria Emília Pacheco, da FASE/Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil; Pat Mooney, Membro do Grupo de Ação sobre Erosão, Tecnologia e Concentração (ETC, sigla em inglês). A mesa foi coordenada por Jean Marc Von der Weid, da Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA).

Aksel Naerstad iniciou a palestra indagando que crise alimentar o mundo sofre hoje. “A crise alimentar é permanente: em 1992, época da Rio 92, havia 858 milhões de pessoas passando fome. Há muito alimento no mundo para alimentar o dobro da população mundial. Parte desse alimento se perde no armazenamento, parte é usada em alimentação de animais, além do desperdício nos restaurantes que, se fosse evitado, poderia alimentar o 1 bilhão de pessoas que passa fome. Ele salientou que a verdadeira crise está na concentração de poder em poucas grandes empresas multinacionais alimentícias, que acabam com a diversidade alimentar e poluem o meio ambiente devido ao uso de agrotóxicos e fertilizantes. A lógica que as grandes indústrias impõem foram apontadas por Aksel como um grande problema para o avanço da agricultura familiar. “o próprio sistema cria a crise. A Organização Mundial do Comércio obriga a importação de alimentos, o que impossibilita o desenvolvimento agrário local. Na Noruega, por exemplo, comemos muitas batatas, mas não há batatas norueguesas, pois a maioria vem de outros países europeus”.

Por fim, encerrou dizendo que os governos não podem continuar investindo no agronegócio. “Há sim formas ideais de se produzir alimentos, como a agroecologia. É preciso que as políticas governamentais mudem para que esse novo modelo de produção possa florescer.

Pat Mooney iniciou sua exposição analisando a Rio+20: “a Cúpula oficial é um fiasco, os diplomatas lá presentes não tem a resposta para solucionar a crise. Vinte anos atrás, na Rio 92, a

discussão era como os países do norte poderiam controlar a biodiversidade do sul. Hoje, os países do norte querem pegar o que sobrou da natureza que pode ser explorado”. Pat disse que não existe outra maneira de resolver a crise climática sem a agroecologia. “A cadeia industrial não tem flexibilidade para nos sustentar. Para cada caloria de comida produzida pela indústria, gasta-se quatro calorias de energia, o que resulta em emissões de poluentes. Na cadeia campesina, a proporção é de uma caloria de alimento para uma de energia”.

Além disso, ele apontou que o sistema agroecológico trabalha com mais diversidade de espécies animais e vegetais, além de não patentear os produtos que cria como a indústria faz. Também criticou a pesquisa em relação à agricultura. “Antes, era necessário um milhão de dólares para criar um organismo geneticamente modificado; hoje, é necessário mais de 136 milhões de dólares para se criar um transgênico. É um investimento estúpido”. Pat acredita que “a minha geração é a primeira do planeta que perdeu mais conhecimento do que ganhou. Mas ainda temos muito e podemos reverter esta situação”, referindo-se às técnicas camponesas que foram sendo destruídas devido ao êxodo rural e imposições industriais.

Ele encerrou sua fala afirmando que não vamos sobreviver a uma crise ambiental com o sistema agrário que temos, e pediu que os agricultores do mundo se unam, para trocar conhecimento e diversidade de espécies.

Segundo Maria Emília Pacheco, do Consea (Brasil), a crise alimentar é o elo mais dramático do conjunto de crises que vivemos hoje, pois o próprio valor da vida está em crise. Para ela, o aumento dos preços devido à especulação, que transforma alimentos em mercadoria e “gera um contexto mundial no qual uma a cada sete pessoas passa fome”. O que preocupa a expositora em relação às soluções apontadas pelo capital para a crise econômica é que estas “se referem ao saber tradicional dos povos indígenas e camponeses como algo que deve ser incorporado ao mercado para resolver a crise. Isso se dá porque esses novos conhecimentos de mercado querem privatizar inclusive o conhecimento natural”.

Maria Emília Pacheco acredita que o sistema agroecológico será implantado apenas com muita luta social por parte dos movimentos. “Os sistemas agroecológicos tem índice de produção maior e reduzem a pobreza rural. É com a agroecologia que os camponeses conseguem sua subsistência sem necessariamente ter de passar pelas regras do mercado”, e terminou salientando a importância da Reforma Agrária para se estabelecer a agroecologia. “A Reforma Agrária é essencial. Sem acesso à terra não há como assegurar o direito à vida. É fundamental que o movimento ecológico se una na luta pela terra”.

O debate sobre Agricultura e Crise Ambiental apontou o sistema agroalimentar industrial como um dos componentes centrais da crise ambiental atual. As discussões foram feitas em mesas redondas ocorridas nos dias 15 e 16 de junho. A seguir, síntese das principais questões levantadas.

A agricultura industrial significa um ecosuicídio porque em seu manejo produz os gases que afetam o seu próprio funcionamento. A afirmação foi de Miguel Altieri, da Sociedade Latinoamericana de Agroecologia. Para Altieri, são os sistemas tradicionais de agricultura que oferecem hoje as soluções para a crise ambiental, por exemplo, os cultivos que camponeses fazem em áreas que em parte do ano estão inundadas, nos quais os peixes cumprem importante função no controle de pragas ou então, cultivos cercados por bosques e florestas praticados por pequenos agricultores em várias partes do mundo, que mantêm o equilíbrio climático. "É preciso olhar para trás, estes sistemas foram capazes de resistir e enfrentar mudanças climáticas, é daí que a agroecologia precisa emergir", sentenciou.

Altieri lembrou também que os cultivos sem agrotóxicos e adubos químicos têm resultados muito melhores em tempos de seca do que o sistema convencional. Ele mencionou vários exemplos de práticas exitosas, como as plantações de feijão no sul de Santa Catarina que utilizam um sistema de "tampar" o solo com matéria orgânica e assim preservar a muda de feijão por mais tempo no interior da terra no período mais frágil de seu crescimento. "Albert Einstein tem uma frase que se relaciona muito com o momento atual. Segundo ele, não se pode resolver os problemas com as mesmas soluções que os criaram. Nesse sentido, a economia verde não resolverá nossos problemas", ressaltou.

Parviz Koochafkan, da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU), chamou a atenção para a "escassez de terra per capita" que o mundo assiste desde a chamada Revolução Verde, quando foi incrementado o movimento de concentração de terras nas mãos de poucas pessoas. Segundo Parviz, há políticas públicas distorcidas que dão pouca atenção às chamadas terras marginais, ou seja, áreas consideradas menos produtivas, mas que populações tradicionais mostram que na realidade são produtivas. Ele criticou os incentivos financeiros maiores para a monocultura e a agricultura irrigada. "Enquanto isso, um terço da população vive com escassez de água, essa escassez é física, mas também econômica. Na África, por exemplo, o que vigora é principalmente a escassez econômica, porque há muita água, mas as pessoas não podem utilizá-la", disse.

Para Parviz, o mundo está no limite da sustentabilidade e há um grande risco de colapso já na próxima década com a possibilidade de os grandes rios cada vez mais terem fluxos menores, sofrerem com a salinização, bem como as águas subterrâneas. Ele também citou sistemas tradicionais como exemplos a seguir, como o sistema de terraços criados pelos povos andinos.

Parviz acrescentou que as soluções para a crise passam pelo acesso à terra, a troca de conhecimentos e o empoderamento das mulheres, que cada vez mais chefiam famílias camponesas.

Nora Ignacio, da organização Sea Rice, da Filipinas comentou sobre a redução da biodiversidade provocada pela agricultura industrial e mostrou exemplos de povos da Ásia e África justamente no sentido contrário - o de promover a diversidade com cultivos de arroz. De acordo com Nora, na contramão também caminham as políticas públicas que insistem em garantir incentivos aos pequenos agricultores para que cultivem sementes de arroz produzidas por empresas multinacionais. "Mesmo sabendo que daqui a um ano terá que comprar de novo, porque essas sementes patenteadas só dão uma vez, muitas vezes os agricultores as compram porque têm incentivos. E se eles desenvolvem novas tecnologias usando as sementes são processados", observou.

Segundo Nora, há vários movimentos desenvolvendo clubes de sementes e, juntos, já possuem 249 variedades de arroz. "Os governos precisam entender que devemos investir mais em pessoas. E entender que quando elas são envolvidas no desenvolvimento das tecnologias, elas vão utilizá-las porque foram elas que as criaram", reforçou.

Para Almuth Ernsting, da organização Biofuelwatch, da Inglaterra, que alerta sobre os impactos negativos da indústria dos agrocombustíveis no clima do planeta, os milhares de hectares já plantados, sobretudo na África e na América Latina, com cultivos destinados aos agrocombustíveis, são um grande equívoco. Segundo ele, na África, 19 milhões de hectares estão sendo destinados ao cultivo de pinhão manso para biomassa. "Dizem que a biomassa é neutra em emissão de carbono, mas isso não é verdade porque as usinas utilizam combustíveis fósseis para a processarem", explicou.

Além disso, observou Almuth, essa expansão tem ameaçado direitos de comunidades tradicionais. Ela exemplificou com a empresa brasileira Suzano Papel e Celulose que, de acordo com ela, fechou acordo com o Reino Unido para fornecimento de biomassa e aqui no Brasil tem se instalado em áreas de povos quilombolas, expulsando essas pessoas de seus territórios. Segundo Almuth, na Uganda, 20 mil camponeses também já foram expulsos de suas terras para produção de biomassa. "Essa idéia de resfriar o planeta com os agrocombustíveis na verdade tem resultado em grande pressão sobre as terras, o campesinato e as populações tradicionais", denunciou.

Luciano Silveira, da AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, apresentou a experiência das populações da região nordeste do Brasil na convivência com o semiárido e na luta contra a desertificação. Ele mencionou as características da região, onde 40% da população vive em áreas rurais e a maioria desenvolve uma agricultura de base familiar, embora ocupem apenas 3% do território. O bioma da região é a caatinga, que apresenta alta pluviosidade, mas possui também

outros aspectos que dificultam a absorção de água como os solos rasos, a alta evaporação e uma enorme variabilidade climática.

Silveira relatou que a visão dominante é a de que se trata de uma região inóspita, sem potencial de desenvolvimento e baseada na idéia de que é preciso "combater a seca". "O resultado dessas políticas é que 68% do território está hoje em processo de desertificação", observou. Entretanto, a população da região vem protestando contra essa visão e desenvolvendo uma nova forma de convivência com o bioma local. Ele relata que no final da década de 90 um agricultor desenvolveu uma técnica que mudaria a história do semi-árido. A partir do que aprendeu como migrante em São Paulo trabalhando na construção de piscinas, o camponês Néo construiu uma cisterna de placas de cimento para acumular água da chuva. A tecnologia foi sendo ampliada e a Articulação no Semi Árido Brasileiro (ASA), uma organização da sociedade civil, conseguiu aprovar junto ao governo federal, em 2003, um programa para implementação em escala do projeto que levou o nome *1 milhão de cisternas*.

De acordo com Luciano, há hoje 452.879 cisternas construídas com esta tecnologia pelos camponeses, que possibilitaram um empoderamento e uma tomada de consciência da população local sobre a convivência com o semiárido. "Isso estabeleceu um novo paradigma, as cisternas conseguiram mexer com o sistema para afirmar que existe sim uma alternativa", disse. O pesquisador acrescenta que o programa das cisternas teve outros desdobramentos por conta da mobilização e organização dos camponeses como a criação de bancos de sementes comunitários, de uma rede de viveiros e acesso a mercados locais.

No entanto, a experiência exitosa e as conquistas da população organizada do semiárido quase sofreu um duro retrocesso em 2011, quando o governo federal resolveu suspender a parceria do programa *1 milhão de cisternas* e substituir a tecnologia construída pela população com placas de cimento por outras estruturas de plástico, desenvolvidas por uma empresa. A intenção também era que o repasse dos recursos do projeto não fosse feito mais à sociedade civil, mas sim aos estados. Luciano ressaltou que as cisternas de plástico custam o dobro do preço e que, além disso, geram poluição e, sobretudo acabam com a autodeterminação dos camponeses na escolha das suas próprias soluções. "Mas novamente a população se mobilizou, mais de 15 mil pessoas fecharam a ponte entre Juazeiro, na Bahia, e Petrolina, em Pernambuco, e o governo voltou atrás. Um novo termo de parceria foi firmado inclusive com a presença da ministra Tereza Campelo, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome", contou.

Na segunda parte do debate, dois representantes de movimentos sociais foram responsáveis por fazer uma síntese da discussão. Para Moisés Quispe, da Intercontinental Network of Organic Farmers Organizations (IFOAM) no Peru, que atua na organização dos produtores orgânicos a nível

mundial, é clara a contribuição que os povos tradicionais e suas formas de cultivo têm a dar na solução da crise ambiental e da fome mundial. "Só no Peru, eu conheço agricultores que cultivam 250 variedades de batatas e 85 variedades de pimentas", disse. "Com um pouquinho mais de recursos, a pequena agricultura melhora a alimentação do mundo. Primeiro é preciso alimentar a população interna com produtos agroecológicos e depois pensar na exportação. Só no Peru, 39% da população está pobreza", protestou.

Fredy Congo, da Confederación Nacional de Organizaciones Campesinas, Indígenas y Negras do Equador e também da Via Campesina, reforçou que são os camponeses que vão alimentar o mundo e esfriar o planeta. Ele lembrou que grande parte da comida que está na mesa das pessoas são produzidas pelos pequenos agricultores, embora 85% das terras mundiais estejam nas mãos do agronegócio e reforçou a urgência da reforma agrária. Fredy comentou também sobre a campanha de sementes impulsionada pela Via Campesina a nível mundial. "Nosso lema é sementes patrimônio da humanidade. As sementes não têm que estar cauteladas, têm que ser liberadas para alimentar o mundo". Para Fredy, só a mobilização das pessoas provocará mudanças significativas. "Os estados não respondem as nossas demandas, não haverá mudança radical sem mobilização, só assim alteraremos a correlação de forças", convocou.

Na reflexão sobre as políticas públicas de âmbito nacional e internacional, foram apresentadas diversas palestras. Jean Marc von der Weid, da AS-PTA e da ANA, apresentou questões sobre o caso brasileiro, com destaque para a política de Assistência Técnica e Extensão Rural e as de financiamento da produção, levantando entraves e conquistas desde o início do governo Lula, em 2003. Miguel Altieri apresentou a experiência cubana, destacando a estratégia "campesino a campesino" desencadeada a partir do fim do bloco soviético a partir de 1989 e iniciativas abrangentes de transição agroecológica levadas a cabo por famílias camponesas e cooperativas. Chamou atenção para o momento atual de risco de retrocessos no âmbito nacional com o apoio à expansão dos monocultivos intensivos em fertilizantes sintéticos e agrotóxicos.

Cabe destacar, neste debate sobre políticas públicas, a participação de Zaré Brum, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Ele apresentou críticas ao governo brasileiro pelo não reconhecimento das especificidades da agricultura familiar na elaboração de políticas públicas para este seguimento. Segundo ele, os camponeses organizados tiveram conquistas importantes a partir da Constituição de 1988, como o Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2003, o reconhecimento do direito à aposentadoria rural no mesmo ano e em 2006, a promulgação da Lei da Agricultura Familiar. Entretanto, há um claro direcionamento das políticas públicas para o agronegócio. "Há um disputa muito grande hoje dentro da academia e do

governo e que vem contaminando inclusive os próprios movimentos sociais de um discurso negando a especificidade da agricultura familiar em relação à agricultura industrial. Esse discurso está pautando a elaboração de políticas que acreditam que o desenvolvimento da agricultura familiar pode se dar através de um padrão tecnológico próximo ao do agronegócio e que a única diferença entre os dois modelos seria a escala de produção. Muitas políticas vêm se pautado para o que chamam de agronegocinho”, diz.

Zaré afirma que o discurso de sustentabilidade do agronegócio tem baseado as ações do governo, inclusive, os posicionamentos expressos pela presidente Dilma na Rio+20. “A visão de sustentabilidade desse governo está centrado nas novidades apresentadas pelo agronegócio, como o plantio direto na palha, os agrocombustíveis. Como estratégia de marketing, o agronegócio vem incorporando no seu discurso a sustentabilidade e justiça social. Mas esse discurso do agronegócio não se sustenta, há um processo progressivo de precarização dos direitos e da capacidade de apropriação dos agricultores e suas famílias, cada vez mais pressionados por essas grandes empresas e fazendeiros estimulados por esse conjunto de políticas”, critica.

Para a Contag, só é possível uma agricultura realmente sustentável a partir de uma nova relação com os recursos naturais, com uma produção baseada na agroecologia. Nesse sentido, Zaré cita alguns desafios dos agricultores como acesso à recursos financeiros, maior organização política de forma autônoma e também realizar a gestão dos próprios conhecimentos e o desenvolvimento de sistemas próprios de produção de energia. “Esse debate está crescendo dentro dos movimentos sociais, também com a evidência do esgotamento do modelo que o governo implementa. As mulheres e os jovens têm protagonizado esses debates, mas esses dois atores ainda têm dificuldades de expressar suas demandas e garantir que tenham centralidade na pauta dos movimentos sociais”, observa.

Zaré acrescentou que a relação entre governo e movimentos sociais que reivindicam outros modelos para o campo é uma constante tensão. Ele exemplifica com as dificuldades enfrentadas pela sociedade civil do semi-árido brasileiro que, após alguns anos de parceria em projeto de captação de água da chuva por cisternas desenvolvidas pelos próprios camponeses [Programa 1 milhão de cisternas], teve que realizar grandes mobilizações para que o governo não recuasse da parceria. Zaré conta que a tecnologia exitosa de convivência com o semi-árido estava ameaçada pelo projeto do governo de substituir as cisternas fabricadas pelos camponeses com cimento por cisternas de plásticos de fabricação industrial e ainda com a transferência de repasse dos recursos antes destinado à organização da sociedade civil aos governos municipais. “Essa tensão permanente não foi amenizada num governo de cunho popular como mostra os problemas enfrentados no programa 1 milhão de cisternas, cuja ideia força é a percepção de que a água para beber é um direito humano.

Mesmo governos populares vão exigir dos movimentos sociais uma ação política permanente na implementação das políticas”, analisa.

No dia 16 de junho, pela manhã, foi realizado um debate sobre a questão dos transgênicos. Participaram do debate Ana Carolina Brolo, advogada da organização Terra de Direitos, Pat Mooney, Membro do Grupo de Ação sobre Erosão, Tecnologia e Concentração (ETC, sigla em inglês), Vandana Shiva, da Fundação por Tecnologia Científica e Ecologia da Índia (Navdanya) e Angelika Hilbeck, da Rede Europeia de Cientistas pela Responsabilidade Social e Ambiental.

Pat Mooney afirmou que os transgênicos e a biotecnologia não são a solução da crise alimentar pois, antes da liberação dos alimentos geneticamente modificados, havia 500 milhões de pessoas no mundo passando fome. Hoje, há mais de 1 bilhão. A ineficácia desses alimentos fica clara ao ver o que foi obtido ao longo dos 20 anos de pesquisas com transgênicos.

“A indústria biotecnológica gastou 16 bilhões de dólares em pesquisas para desenvolver transgênicos, o que é uma quantia maior que o investimento público em todas as áreas de tecnologia agrícola. E o que se tem para mostrar? Apenas quatro culturas capazes de resistir a veneno. O custo de pesquisa de um transgênico é 136 vezes mais caro do que o de uma planta normal. Então por que se investe dinheiro nesta tecnologia se está claro que ela não é a solução?”, questionou.

Vandana Shiva analisou o impacto social da entrada da Monsanto na Índia. O país, grande produtor de algodão, que tinha milhares de variedades de sementes, agora conta com 95% de suas terras dominadas por apenas uma variedade, produzida pela Monsanto.

“A empresa dominou o mercado de sementes, por meio de um acordo com o governo chamado de substituição de sementes, no qual se criaram leis que analisaram as sementes camponesas, que sempre foram utilizadas na Índia e, a partir de métodos industriais, elas foram consideradas ‘perigosas à saúde’. Além disso, a Monsanto subornou muitos fazendeiros para que estes abandonassem as sementes tradicionais pelas transgênicas”.

Com o surgimento da Monsanto na Índia, Vandana afirma que o preço para se produzir algodão aumentou mais de 25 vezes, e que a empresa lucra mais de 10 bilhões de dólares anualmente com os royalties das sementes. As patentes de sementes, segundo ela, são o único motivo da existência de transgênicos e da biotecnologia, que considera serem tecnologias desnecessárias. “Não precisamos da biotecnologia ou da biologia sintética. As ferramentas mais avançadas não justificam o caminho errado tomado”.

Por isso, Vandana integra um movimento que busca resgatar a soberania das sementes naturais da Índia e o fim das patentes. “Se abolimos as patentes, a biotecnologia pára, pois a sua única função é garantir o controle da biodiversidade. Em relação às sementes, precisamos fazer com que esse

movimento assuma uma escala global. Precisamos nos organizar e dizer às corporações e governos que sabemos qual o futuro que queremos, e que somos nós que iremos moldá-lo”.

Angelika Hilbeck desmentiu todas as propostas que estão associadas com os alimentos transgênicos. “A fome no mundo não acabou; pelo contrário, nos anos da revolução gênica (1995 a 1997) ela só aumentou. Se os transgênicos fizeram algo em relação à fome, foi agravar a situação de miséria, pois estes alimentos reforçam o modelo latifundiário, cuja maior parte da produção é destinada ao alimento de animais ou vai para as indústrias energéticas para se produzir combustíveis”.

Ela ressaltou que outras promessas, como plantas específicas para a demanda dos produtores, o aumento da produtividade e a resistência às pragas também não foram cumpridas. Essa última, em especial, se agrava cada vez mais, pois os produtores estão tendo de recorrer a venenos antigos e perigosos para livrar a lavoura das pragas.

Ana Carolina fez um panorama dos transgênicos no Brasil, ressaltando o papel da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) nos processos de liberação destes alimentos. “A CTNBio é uma organização que critica cada vez mais as leis regulatórias dos transgênicos, como a lei que exige estudos aprofundados desses organismos, considerada ‘caduca’ pela organização. A CTNBio não negou a liberação de nenhuma semente transgênica até hoje”. Segundo Leonardo Veloso, secretário de agricultura e membro do grupo de estudos em agrobiodiversidade, em seminário realizado ontem sobre o agrário brasileiro, os estudos dos transgênicos levam de 15 a 20 dias apenas. “Com esse tempo pequeno de estudo, nem o cigarro faria mal à saúde”.

Em relação às formas de resistências a estes alimentos, Ana apontou uma dificuldade. “Um problema de se debater transgênicos e mover ações contra as corporações e seus produtos é que somos obrigados a provar tudo o que dizemos, ao invés da empresa ter de fazer isso. Acontece que a maioria do conhecimento em relação a esses organismos está nas mãos das transnacionais”.

No mesmo local do debate sobre a questão dos transgênicos, aconteceu à tarde uma discussão sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde e ambiente.

A mesa foi coordenada por Fernando Carneiro, da Abrasco, que ressaltou a necessidade de o Brasil – hoje maior consumidor de agrotóxicos do mundo – articular agendas políticas contra o uso desses produtos danosos à saúde e ao ambiente e pelo incentivo à agroecologia.

A pesquisadora Lia Giraldo, do Departamento de Saúde Coletiva do Instituto de Pesquisa Aggeu Magalhães (CPqAM), unidade da Fiocruz em Pernambuco, lembrou que a Rio + 20 marca 20 anos da Rio 92, 40 anos da primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento, em Estocolmo, quando pela primeira vez o tema ganhou destaque no cenário político mundial, e 50 anos do lançamento do livro Primavera Silenciosa, de Rachel Carson, considerado um marco de luta e denúncia sobre a questão dos agrotóxicos nos Estados Unidos, país que cedeu a liderança deste consumo para o Brasil.

“Já naquela época, Rachel Carson abordava os agrotóxicos como um modelo casado com a superexploração da terra e das pessoas. O discurso econômico era de que seria uma forma de produzir em quantidade para acabar com a fome, mas, assim como ocorre hoje com os transgênicos, sabemos que não é. Transgênicos e agrotóxicos estão juntos. Cinco ou seis grandes multinacionais dominam mercado de agrotóxicos e sementes transgênicas, e as vendas são casadas. As empresas transitam com apoio do governo. A bancada ruralista tem uma força imensa e faz lobbies. Os agrotóxicos têm subsídios de 60% e, em alguns estados, como o Ceará, 100% de isenção fiscal. Como os últimos três governos deixaram chegar nesse ponto?”, criticou.

Lia Giraldo, que colaborou na elaboração do dossiê em dois volumes da Abrasco, celebrou a existência de “pesquisadores engajados, interessados em produzir um conhecimento que não seja só para expropriar o meio ambiente e a saúde humana”. “Nossa ciência não é neutra, nós tomamos posição”, enfatizou.

A pesquisadora ressaltou a importância de se debater o que a área da saúde está fazendo sobre o problema, que não é só da área rural. Segundo Lia, todo o controle de pragas é feito à base de inseticidas que contêm as mesmas substâncias que muitos agrotóxicos, mas são vendidos como algo “limpo” para a população.

“Crianças respiram veneno e a gente come veneno comprado no mercado. É uma inversão muitas vezes sustentada pela própria saúde pública, como no caso da dengue, em que os mosquitos se tornam resistentes ao veneno e é preciso aplicar cada vez mais e diferentes venenos, assim como nas pragas das lavouras. Mas somos uma espécie muito mais frágil que os mosquitos”, comparou.

De acordo com Lia, os impactos dos agrotóxicos não são bem dimensionados pela saúde pública, porque se avaliam alguns casos agudos que chegam aos postos de saúde, mas não os crônicos.

“A Saúde da Família tem que levar uma ação de saúde pública àqueles que estão vulnerabilizados”, defendeu. Entre os maiores problemas, ela citou a contaminação de mananciais e de territórios como o pantanal matogrossense, acidentes que causam mortandades de peixes e outros impactos sobre a biodiversidade e a bioacumulação dos venenos em diversas espécies.

Para Lia, a questão dos agrotóxicos é um indicador transversal da crise civilizatória que vivemos. “O dossiê é uma fresta frente à hegemonia que se construiu sobre o agronegócio e os agrotóxicos no Brasil”, concluiu.

A agrônoma Claudia Gerônimo, da ONG Amigos da Terra, da Guatemala, contou que uma pesquisa feita no seu país concluiu que menos de 14% das pessoas que usavam agroquímicos sabiam o que estavam usando, seus riscos e a importância do uso da roupa de proteção. Assim como no Brasil, os produtores são incentivados a utilizar agrotóxicos sem instruções claras de uso. Ela lembrou que muitos camponeses não conseguem ler os rótulos.

“Os danos ambientais são reais e se percebem nas nossas comunidades”, afirmou. Ela defendeu como alternativa ao modelo atual de agronegócio a agroecologia, com o resgate de conhecimentos ancestrais de produção.

O coordenador da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida, Cleber Folgado, revelou que, segundo a Organização Mundial da Saúde, para cada caso notificado de reação a agrotóxico, existem 50 não registrados, e enfatizou que não existe uso seguro. Segundo ele, a campanha tem como objetivos denunciar para a sociedade inteira, do campo e das cidades, os problemas causados pelos agrotóxicos e defender a proposta da agroecologia.

De acordo com Folgado, mais do que um conjunto de técnicas com custos menores de produção, a agroecologia é um projeto político. Uma conquista do movimento foi conseguir pautar o governo, mas agora é preciso cobrar:

“A Dilma assumiu o compromisso de construir um grupo de trabalho interministerial para construir uma Política Nacional de Enfrentamento aos Agrotóxicos. Falta cumprir”, disse.

As três bandeiras da campanha são o fim da pulverização aérea, a forma mais irresponsável de uso de agrotóxicos; o fim das isenções fiscais e a destinação dos recursos angariados para o SUS, para tratar das vítimas; e mais investimentos na Anvisa, que tem só 46 técnicos (para efeito de comparação, o órgão similar dos EUA tem 852).

Folgado conclamou a todos a assinarem o abaixo-assinado disponível em www.contraosagrototoxicos.org para fazer pressão política no governo.

A engenheira agrônoma Flavia Londres também garantiu ser possível alimentar a população com alimentos saudáveis e em boa quantidade com o modelo da agroecologia. “A Política Nacional de Agroecologia seria lançada por decreto na Rio + 20, a sociedade civil se mobilizou, estava previsto o estabelecimento de zonas livres de agrotóxicos e transgênicos. Não é mais possível a sociedade

ignorar a situação e não fazer nada”, disse. Segundo ela, o modelo de agronegócio predominante há mais de 50 anos não deu certo, o que se prova pela exclusão e pobreza que gera, pelo esgotamento dos recursos e a contaminação do ambiente e pelo fato de haver hoje no mundo quase um bilhão de pessoas passando fome.

Na ocasião, ela relançou o seu livro Agrotóxicos - um guia para ação em defesa da vida, editado pela Articulação Nacional de Agroecologia e pela Rede Brasileira de Justiça Ambiental.

Após o debate, foi lançada a segunda parte do Dossiê da Abrasco sobre os agrotóxicos.

Em relação aos transgênicos, o seminário produziu as afirmativas abaixo:

- Das 33 plantas transgênicas liberadas até hoje no Brasil, 24 foram desenvolvidas para tolerar a aplicação de agrotóxicos. Assim, os transgênicos são também responsáveis pelo fato de o Brasil ser hoje o campeão mundial no uso de venenos agrícolas;

- Os transgênicos não promovem o combate à fome, mas sim a concentração da cadeia produtiva. Assim como os outros cultivos já liberados, o feijão transgênico, bem como a soja e o milho tolerantes à aplicação do herbicida 2,4-D, constituem falsas soluções para a agricultura e a segurança alimentar;

- A falha no cumprimento das metas das convenções ambientais tem estrita relação com a ausência de mecanismos internacionais vinculantes de responsabilidade e reparação por danos;

- A suposta análise de biossegurança feita pela CTNBio não respeita a legislação nacional de biossegurança;

- Os estudos que embasam os pedidos de liberação comercial de transgênicos e, conseqüentemente, a avaliação de risco da CTNBio, são feitos pelas próprias empresas de biotecnologia – ou seja, não há isenção nesta análise de risco.

A seguir, questões discutidas no Seminário Internacional que foram apresentadas às Plenárias sobre Soberania Alimentar e às Assembleias:

- A agroecologia é o nosso projeto político para a transformação dos sistemas de produção de alimentos. É importante que sigamos fortalecendo as alianças entre as organizações do campo e da cidade, em especial promovendo a agricultura urbana e periurbana;

- A recuperação e valorização da cultura alimentar tradicional baseada em produtos naturais que sejam saudáveis é um imperativo para a construção de uma sociedade sustentável;

- Lutamos para que as políticas e leis protejam, preservem e recuperem as sementes crioulas e nativas. Também buscamos que se estimulem as práticas tradicionais de troca, seleção e venda realizadas pelos agricultores familiares, povos indígenas e tradicionais;
- Exigimos que todas as compras públicas de alimentos provenham de fontes agroecológicas e que sejam retirados todos os subsídios para os fertilizantes químicos e os agrotóxicos;
- Os mecanismos governamentais de compra e distribuição de sementes devem respeitar as formas tradicionais de organização local da agricultura familiar camponesa, indígena e de povos tradicionais. Deve-se estimular a conservação e o armazenamento de sementes através das “casas de sementes”;
- Demandamos que a FAO e os governos em todos os níveis apoiem os sistemas de produção agroecológica;
- Exigimos que todos os países ratifiquem o Protocolo de Nagoya - Kuala Lumpur, suplementar ao Protocolo de Cartagena, que diz que as empresas que produzem transgênicos devem ser responsabilizadas criminal e financeiramente por seu impacto sobre a saúde e o meio ambiente;
- Chamamos as Nações Unidas para que estabeleçam um mecanismo de avaliação e realizem um processo de avaliação de riscos das novas tecnologias como a nanotecnologia, a geoengenharia e a biologia sintética. E exigimos que até a sua conclusão se declare uma moratória às mesmas. A sociedade civil não deve confiar plenamente na ONU e deve conduzir uma investigação independente paralela sobre as consequências dessas tecnologias;
- Exigimos a proibição total dos transgênicos e uma condenação especial às sementes Terminator; neste caminho, exigimos uma moratória à liberação do milho e da soja resistentes ao agrotóxico 2,4-D;
- Lutamos pela criação de territórios livres de transgênicos, em especial nos lugares de origem das culturas agrícolas, até que consigamos um planeta livre de transgênicos;
- Para o Brasil, exigimos uma moratória do milho transgênico MON810 e a democratização da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança); por meio do equilíbrio de sua composição, da transmissão ao vivo de suas seções e da inclusão dos impactos sociais e ambientais em suas avaliações de risco.

Durante o seminário e a Cúpula dos Povos, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) lançou o projeto “Curta Agroecologia”, de pequenos documentários em vídeo retratando experiências em Agroecologia no Brasil. A ideia foi dar visibilidade às iniciativas que vem dando certo em diversas regiões do país, e fomentar, nos diferentes setores da sociedade, o debate em defesa da mudança no

modelo de desenvolvimento agrário brasileiro. O projeto surgiu do diagnóstico de que é fundamental que as pessoas do campo e da cidade tenham clareza da importância da agricultura familiar camponesa e da alimentação saudável, bem como outros benefícios e avanços civilizatórios da agroecologia, pois só assim diversos setores da sociedade poderão agir politicamente por mudanças estruturais. O projeto também pretende contribuir, a partir da experiência brasileira, para a ampliação do debate sobre a importância do enfoque agroecológico em outros lugares do mundo.

Nesta primeira fase do *Curta Agroecologia* foram produzidos quatro vídeos. Cada um deles foi filmado numa região diferente, de modo a mostrar a eficiência do enfoque agroecológico na diversidade nacional. *Quebradeiras – a resistência extrativista* tem duração de 7min53s, e retrata a vida das quebradeiras de côco babaçú no Maranhão; *Água boa* é um vídeo de 6min52s, sobre uma experiência de preservação de nascentes através da mobilização da agricultura familiar e da implantação de sistemas agroflorestais em Araponga, Zona da Mata de Minas Gerais; *Redes auto-sustentáveis: alimentos agroecológicos no litoral norte do RS* tem 10min e mostra agricultores/as agroecológicos/as produzindo alimentos saudáveis comercializados para a merenda escolar local, feiras e mercados próximos e contribuindo para a preservação do meio ambiente e o consumo consciente; o quarto vídeo, *Transição: Experiências Agroecológicas na Paraíba*, de 8min15s, mostra como o enfoque agroecológico viabiliza a convivência com o semiárido. Os vídeos foram realizados pelas produtoras Olhar Electromatto, Cipó Caboclo, Coletivo Catarse e Txai Filmes. A seleção das experiências foi feita pelo núcleo executivo da ANA contemplando diversidade regional, existência de acúmulos sistematizados nos focos temáticos propostos e possibilidade de apoios políticos e operacionais locais.

Os documentários mostram como a agroecologia é capaz de recuperar os solos, cuidar das águas, promover a produção de um alimento saudável, a qualidade de vida para o agricultor familiar no campo, etc. São mensagens curtas, de fácil entendimento para o grande público. Esse material foi apresentado durante as atividades da ANA na Cúpula dos Povos, em especial no Seminário Internacional “Tempo de Agir por Mudanças Radicais: Agricultura Familiar Camponesa e Agroecologia com Alternativa à Crise do Sistema Agroalimentar Industrial”. Foi criada a página da ANA no vimeo, onde foram disponibilizados os vídeos dos quais se pode fazer download das versões originais e com legendas em castelhano e inglês.

Responsável pelo relatório: Denis Monteiro (Secretaria Executiva da ANA)